

**A cidade dos mortos: da monumentalidade do mármore aos cemitérios parques
na cidade de Campo Grande – MS**

*The city of the dead: of the monumental marble to parks cemeteries
in the city of Campo Grande - MS*

Fabio William de Souza
Universidade Anhanguera-Uniderp
fabiowilliam@gmail.com

Resumo: O cemitério Santo Antônio em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, foi durante muito tempo considerado o local final para a morada das famílias mais abastadas, um cemitério com o padrão tradicional e considerado às vezes macabro. A inauguração dos cemitérios parques traz uma transformação. Estes pouco ou nada possuem de macabro, pelo contrário, são em sua maioria são belos parques. Este artigo propõe-se analisar a alteração na sociedade campo-grandense das formas do bem-morrer, do gosto estético e como em menos de vinte anos ocorreu a popularização dos cemitérios parques e a substituição dos tradicionais que se utilizavam do mármore.

Palavras-chave: Cemitério Santo Antônio; Campo Grande – MS; Cemitérios Parque;

Abstract: The cemetery Santo Antônio in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, was long regarded as the final location for the home of wealthy families, a cemetery with the traditional and sometimes considered macabre. The opening of cemeteries parks brings a transformation. These have little or nothing macabre, by contrast, are mostly are beautiful parks. This paper aims to analyze the change in society campo-grandense forms of well-dying, of aesthetic taste and how in less than twenty years have seen the popularity of parks and cemeteries replacement of traditional marble were used.

Keywords: Cemetery Santo Antônio; Campo Grande; Parks Cemetery

Introdução

O cemitério Santo Antônio em Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, foi durante muito tempo considerado o local para a morada final das famílias mais abastadas. Os ricos iam para o Santo Antônio, enquanto os pobres para o cemitério do Cruzeiro ou para o cemitério de Santo Amaro. O cemitério do Cruzeiro foi um *campo de sepultamento* oficializado pela municipalidade na década de sessenta do século XX, e o de Santo Amaro, inaugurado no mesmo período, surgiu como forma de amenizar a falta de espaço do primeiro e mais tradicional cemitério de Campo Grande. Havia uma clara divisão social, mesmo assim,

os cemitérios mantinham o mesmo estilo estético, a diferença estava na região da cidade que se localizavam e na condição social de seus defuntos.

Na década de setenta do século XX, surgiram os primeiros projetos de cemitérios parques e a elite campo-grandense adepta as diferenciações e novidades, rapidamente aderiu ao novo conceito de bem-morrer. O novo modelo de cemitério não possibilitava as famílias demarcarem os seus túmulos. A monumentalidade do mármore perdeu seu apelo com a chegada dos cemitérios parques. Esta se fez presente no cemitério de Santo Antônio desde a década de vinte do século XX, e foi o modelo estético utilizado pela elite campo-grandense. O mármore não era mais necessário. A contratação de artistas e escultores deixou de existir. Arquitetos e engenheiros não fazem mais os projetos para a construção de túmulos e jazigos.

Na urgência do politicamente correto e dos embates ecológicos, os cemitérios parques se popularizaram. Os mortos, que na História sempre foram se adequando as cidades, mais uma vez são enquadrados no que é ser *civilizado* e *urbano*. Estes no período clássico já foram os moradores ao longo das estradas, posteriormente, a partir do período medieval foram convidados a adentrar os muros das cidades, e inclusive, sendo bem-vindos dentro das Igrejas.

O sanitarismo e o urbanismo expulsam os mortos novamente do convívio dos vivos, impondo a nova forma de morrer surgem os cemitérios públicos afastados das cidades. Mesmo com as normas de higiene mais rígidas, ainda havia a possibilidade de o líquido que flui da decomposição dos corpos, atingisse as águas subterrâneas. Os novos modelos de cemitério trazem soluções ecológicas e de ordem moral. A primeira, com as legislações ambientais rígidas proíbem e buscam impedir a contaminação do solo, e assim a possibilidade de proliferação de doenças, em uma sociedade que sempre está a procura de aumentar a sua expectativa de vida. A segunda, possibilitando uma nova maquiagem ao grande temor do homem da sociedade industrial, o fim da vida.

Os cemitérios parques, pouco ou nada possuem de macabro dos cemitérios do passado, pelo contrário são em sua maioria belos parques, que em geral, qualquer um gostaria de passear ou habitar nele para o sempre. Em Campo Grande, tanto os ricos quanto os pobres possuem hoje o mesmo modelo de cemitério parque, a divisão se fez na sua localização nos espaços da cidade e nos tipos de serviços que os mesmos prestam. Assim, ocorreu uma alteração na sociedade campo-grandense em relação da forma do bem-morrer e isto acarretou a popularização dos cemitérios parques e uma decadência na utilização dos cemitérios de modelo tradicional.

Narrativas campo-grandenses

Como toda cidade, Campo Grande – MS possui narrativas interessantes sobre o seu passado. Muitas destas podem ser os chamados *causos*, porém todas informam um pouco do passado e do cotidiano da cidade. Ao pesquisar-se a Morte talvez se encontre neste objeto de pesquisa uma rica fonte de narrativas das cidades, e neste estudo uma sobre Campo Grande não foi diferente. A Morte sempre esta envolta a mistérios e lendas.

O cronista Paulo Coelho Machado relata que no ano 1887, antes de tornar-se cidade, tendo em vista a expansão da vila para o norte, a comunidade decidiu o destino do velho cemitério que se localizava na região central, atual Praça Ary Coelho, o cemitério foi criado junto com a fundação do povoado. Localiza-se a uma distância máxima de quinhentos metros da antiga Igreja de Santo Antônio, em local baixo e não elevado, muito próximo das casas. Em sua primeira mudança foi erigido em um local mais alto do que o povoado. Supõe-se que a sua entrada, ficava voltada para o norte, por causa da topografia do terreno e por motivo da localização da igreja de Santo Antônio e do arraial que ficavam abaixo do córrego do Segredo.

A ata transcrita por Machado, do arquivo pessoal do escritor Valério d’Almeida, tratava da necessidade de o mais breve possível de transferir o cemitério próximo do povoado para a região dos altos da atual Avenida Bandeirantes, onde hoje se localiza o SESI e Casa da Indústria do Estado de Mato Grosso do Sul. (MACHADO, 1990, p. 29; CONGRO, 1919, p. 25) Nesta ata também havia a informação de que a inauguração deveria ser feita na presença do Reverendíssimo Vigário de Miranda, jurisdição eclesiástica a que pertencia o Arraial de Campo Grande, demonstrando assim a um dos poucos indícios de ligação da comunidade local com a Igreja Católica e também que para ser utilizado o *Campo Santo* sempre deveria receber a benção da igreja. (REIS, 2004, p. 303-306)

O primeiro cemitério era de propriedade civil e não municipal, o mesmo só passou a ser administrado pelo poder público a partir do primeiro código de posturas do ano de 1905. Mesmo com a intenção de ser um cemitério melhor que o anterior, este não conseguiu exercer a função determinada, pois ainda permaneceu abandonado como o antigo cemitério, e nem todos os corpos deste foram transladados para o novo local. Não há nenhum relato da forma que foi efetuada esta mudança. (SOUZA, 2010, p. 30-31)

O cronista Abílio Leite de Barros escreveu uma narrativa sobre o dia 26 de agosto de 1899, data oficial de criação da vila. A data de fundação da cidade foi retratada na *Crônica de uma vila centenária*, como um dia comum e sem festas. Para o autor, a precária comunicação com Cuiabá fez com que o dia histórico passasse em branco e sem euforia. No seu texto, a morte se faz presente. Sem vida, um corpo jazia na porta de um dos cabarés da *Rua Velha*.¹ As crianças evitavam o morto. O solo arenoso, típico de Campo Grande, absorvia o sangue do corpo masculino caído de bruços. Todos desviavam do morto. Ninguém o conhecia. Ninguém se compadecia dele. Exposto ao Sol permaneceu intocável. E isso durou até o meio dia. (BARROS, 1999, p. 14-16)

O dono do cabaré só resolveu tomar uma ação ao perceber que o cheiro da morte iria impregnar o seu estabelecimento. Então, mandou um dos seus funcionários pegarem um cavalo e afastar o corpo do morto dos olhos dos passantes. “Amarrou o laço nos dois pés e, pela chinha, rua a fora, foi puxando aquele cadáver de ninguém”. Um morto sem dono. Cadáver de si mesmo. (BARROS, 1999, p. 14-16) O forasteiro fora tratado como um animal. Em Campo Grande, a morte violenta era frequente e tratada com indiferença. Outras vezes, era um problema que deveria ser excluída dos olhos da sociedade. A solução era simples e prática: afastava-se o morto ou os mortos dos vivos. E a vida seguiria o seu ritmo cotidiano.

Nas narrativas sobre Campo Grande, sobre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também é comum citarem que as pendências locais eram resolvidas por armas. Alguns cronistas também afirmavam que a doença mais comum na região era a *calibre 44*. (MACHADO, 1990, p. 198-199; BARROS, 1999, p. 18) Sabe-se que muitos portavam armas e agiam conforme sua própria lei, mas isto não indica que tudo era e foi resolvido na base da bala.

As transformações econômicas, sociais e políticas de Campo Grande levaram as discussões acerca da organização do espaço urbano. Apesar de ter sido realizado uma mudança de local, o cemitério continuava próximo ao centro do arraial e abandonado pelo poder municipal e pela Igreja Católica. A intenção da sociedade civil e das autoridades era de criar um cemitério melhor que o anterior, porém não se conseguiram fazer que o mesmo exercesse esta função. Por isso, em 1914, foi aprovada na câmara municipal a transferência do cemitério do local onde hoje está instalado o SESI para o seu local definitivo na anteriormente chamada de Rua Santo Antônio, atual Avenida Calógeras. Segundo o cronista Paulo Coelho

¹ Atual Rua 26 de Agosto no centro da cidade de Campo Grande – MS.

Machado, o primeiro a ser enterrado no cemitério foi o senhor Amando de Oliveira, que, por ironia do destino, foi o doador do terreno do cemitério desmembrado de uma parte de sua fazenda que era conhecida pelo nome de Bandeira.

Outra narrativa curiosa é sobre Naim Dibo que imigrou da Síria para Campo Grande quando tinha 15 anos, a fim de *fazer a América*. Trabalhou intensamente, formou família e se enriqueceu. Após anos de labuta, conseguiu tornar-se um grande proprietário de áreas urbanas, rurais, foi um comerciante reconhecido pelo seu sucesso e também um financista. Como empreendedor, contribuiu para o desenvolvimento econômico de toda a região Sul do antigo Estado de Mato Grosso. Foi um cidadão benemérito pelo apoio às instituições filantrópicas de sua cidade adotiva, com destaque à Santa Casa, mantida e administrada pela Sociedade Beneficente de Campo Grande.

Dibo era um homem de grande visão comercial, também se destacava por sua coragem para enfrentar os desafios. No início de seu trabalho como carroceiro, ele foi designado para transportar três cadáveres que foram abandonados a uns dez quilômetros do centro de Campo Grande, na região do córrego Ceroula conhecida como *Inferninho*. Além de ser um trabalho macabro também era perigoso, pelo clima de banditismo que reinava naquela região. Mesmo assim, ele aceitou o serviço e foi ao local indicado. Encontrou os defuntos, porém um deles havia sido decapitado e a cabeça não estava junto ao corpo. Dibo precisou encontrá-la nas redondezas, pois o administrador do cemitério se recusava a receber um corpo incompleto. Este feito foi exaltado e muito comentado na então vila de Campo Grande. (MACHADO, 2008, p. 159)

Naim Dibo tornou-se assim como uma espécie de *Caronte* de Campo Grande, a figura mitológica grega que conduzia o morto para sua morada final. Dibo, com sua carroça realizava o serviço indigno de recolher corpos pela cidade. Era comum em Campo Grande o ato dos corpos ficarem jogados pelas ruas da cidade, sem que ninguém se apiedasse deles. Como comerciante ele verificou que poderia se estabelecer em Campo Grande e realizar serviços funerários que ninguém os desejava fazer, mas que poderia ser uma boa fonte de renda. Foi celebrado um contrato entre Dibo e a prefeitura para a realização deste serviço.

Nas décadas de vinte e trinta do século XX, Campo Grande era uma cidade muito violenta e as disputas nem sempre acabavam bem. Os cadáveres jaziam nas ruas e Naim Dibo, através do contrato, ficava obrigado a recolher os corpos e encaminhá-los ao cemitério para

que fossem enterrados. (LANI, 1999, p. 336) Este foi um dos meios de fortuna deste destemido sírio, um serviço que para muitos ainda possui a denotação de macabro.

Referente à prática simbólica de honrar os grandes homens em Campo Grande, a Resolução nº 86, de 09 de janeiro de 1924, autorizou o município a honrar o doador do terreno do cemitério municipal, segue a redação:

O Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo Intendente do Município de Campo Grande, Estado de Matto-Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Câmara Municipal deliberou e eu sancionei a seguinte Resolução:

Artigo Único: Fica o Poder Executivo autorizado à mandar construir no Cemitério Público desta cidade um mausoléu para receber em definitivo os despojos últimos do inquebrantável servidor desta terra, o inesquecível Amando de Oliveira. A Secção de Engenharia organizará o respectivo projeto e o monumento será talhado em Cantaria de arenito vermelho de Campo Grande.

Intendência Municipal de Campo Grande, 09 de janeiro de 1924.

Arnaldo Estevão de Figueiredo²

Reis (2004, p. 260-261), afirma que, de encontro aos primeiros anos da república, os médicos como Alves, já previam que os cemitérios tornar-se-iam um local de civismo, com “pinheiros melancólicos”, sobre o “túmulo dos benfeitores a Pátria”. Apesar de ser um olhar positivista, esta afirmação data meados dos anos de 1830. Os médicos não ignoravam a importância do culto aos mortos. O que sugeriam era uma reinterpretação deste culto, o seu viés seria mais cívico que religioso. As igrejas e templos, para os sanitaristas deveria apenas ser o local de culto sagrado “onde deveríamos respirar o suave perfume dos altares, se acham convertidos em outros tantos focos de podridão”. No cemitério-modelo dos reformadores funerários, a virtude cívica substituiria a devoção religiosa. Era um programa burguês que se recomendava a uma sociedade semi-estamental baseada na escravidão. (REIS, 1997, p. 134)

Nas primeiras décadas do século XX, uma das poucas formas de demonstração de status social era a construção de monumentos funerários e isto ocorreu em vários cemitérios do Brasil. Os cemitérios possuíam os elementos relevantes para se indicar inclusive as diferenciações sociais, pois a burguesia ascendente precisava afirmar seu nome através de suntuosos túmulos, que perpetuariam seus nomes na história, preservando a sua memória e sua identidade. (ARAÚJO, 2006, p. 116-117)

² CAMPO GRANDE. Resolução nº 86, de 09 de janeiro de 1924. Fica o Poder Executivo autorizado à mandar construir no Cemitério Público desta cidade um mausoléu.

Os cemitérios modernos foram projetados como locais que mostram a brevidade da vida e o apagamento de todas as diferenças sociais e religiosas. A morte vem para todo e qualquer vivente, sem exceção. Ela torna todos os homens iguais.³ Mas, ao entrar-se em qualquer cemitério do mundo, repara-se que a velha morte burguesa – individualizada e suntuosa – foi a que prevaleceu. Um exemplo disto seria o túmulo de Amando Oliveira no cemitério Santo Antônio em Campo Grande, este é símbolo de uma morte que não iguala as pessoas.

Através do Decreto nº 1321, do ano de 1961, criava-se o novo cemitério e dava denominação ao antigo que passou a chamar-se de Santo Antônio. A década de 1960 foi de grandes transformações urbanas e sociais na cidade de Campo Grande. Neste período, o prefeito era o senhor Wilson Barbosa Martins.⁴ Em sua gestão, de 1959-1963, criou-se o Conselho Municipal de Planejamento e Urbanização. Este órgão teria a função de disciplinar o crescimento urbano da cidade, efetuar estudos para um Plano Diretor, realizar um Código de obras, de posturas e também uma lei para disciplinar os loteamentos. Entre os colaboradores destes projetos estavam o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – FAU/USP e o conceituado escritório de Saturnino de Brito⁵, responsável em elaborar um plano de saneamento para a cidade. O IBAM foi consultado para orientar a reforma da administração municipal e também para organização do cadastro imobiliário. (BUAINAIN, 2006, p. 59-60)

Em um dia de finados na administração de Barbosa, estando ele no cemitério Santo Antônio foi questionado pela população porque motivo mesmo tendo título definitivo, os restos mortais dos familiares foram removidos e colocados no ossuário. O prefeito entendeu que “estávamos falidos no cemitério”. Não se tinha controle dos mortos. (BUAINAIN, 2006,

³ Manuel Maurício de Rebouças, médico brasileiro, membro da academia brasileira de letras e tio do abolicionista André Rebouças, em sua dissertação sobre as inumações em geral, defendida em Paris, onde cursou medicina, sugeria que se desse aos cemitérios das grandes cidades um caráter requintado, onde as inumações seriam feitas com toda a decência e dignidade. Não poderiam poupar as pompas, onde teriam a plena extensão, mediante a construção de túmulos suntuosos, inscrições lapidares e jazigos perpétuos. Médicos, como o doutor Oliveira, acreditavam, que os cemitérios, mesmo com estes monumentos ao orgulho, poderiam ensinar, melhor que as igrejas, a grande lição da morte – que iguala sábios e ignorantes, ricos e mendigos, nobres e plebeus. (REIS, 2004, p. 260-261)

⁴ Nasceu em Campo Grande em 21 de julho de 1917, é advogado formado em São Paulo pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

⁵ Francisco Rodrigues Saturnino de Brito, nascido em Campos no ano 1864 foi engenheiro sanitarista brasileiro, que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo em várias cidades do país, sendo considerado o "pioneiro da Engenharia Sanitária e Ambiental no Brasil".

p. 65) A cidade dos mortos desde o período de Rosário do Congro, em 1919, continuava como um cemitério desorganizado e cheio de problemas.

Para se acessar o cemitério na década de 1960, se usavam pontilhões de madeira. Na gestão de Wilson Barbosa Martins foi construída a ponte da Avenida Calógeras que passava sobre o Córrego Prosa com destino final o “cemitério”, pois no período o mesmo ainda não possuía um nome. Segundo Dr. Wilson “hoje, não se menciona, mas o cemitério chama-se Santo Antônio”. Como era o único cemitério, este não precisava de um nome próprio. O então *Campo Santo* doado em 1914, pelo então vereador Amando Oliveira, desmembrado de parte da sua Fazenda Bandeira, recebeu do prefeito Wilson o nome de Santo Antônio. No mesmo período, ele construiu um novo cemitério e lhe deu o nome de Santo Amaro, também urbanizou um início de cemitério na saída de Cuiabá pela região do São Francisco e lhe deu o nome de São Francisco. Atualmente, os cemitérios públicos da cidade de Campo Grande são conhecidos pelos nomes de Santo Antônio, Santo Amaro, mas o que deveria chamar-se São Francisco ficou conhecido como Cemitério do Cruzeiro.

Para Wilson Barbosa Martins, a rejeição do nome pela população talvez se deva a sua localização no bairro do Cruzeiro. (BUAINAIN, 2006, p. 83) Curiosamente, apesar de o primeiro nome ter sido São Francisco, o nome oficial que se conhece o cemitério do Cruzeiro é por São Sebastião. No fim das contas, nem um nome e nem outro. A década de sessenta do século XX, é o momento de consolidação da primeira necrópole de Campo Grande como local elitizado. Confirmando-se isto, na gestão de Humberto Canale⁶ foi efetuada a pavimentação da Avenida Calógeras a partir da Rua 26 de Agosto até o cemitério Santo Antônio. Por não ter asfalto e ser conhecida pelos buracos, Canale justificava a pavimentação da Avenida Calógeras de maneira bem-humorada: “Vou asfaltar isso aqui, porque eu acho que o defunto, quando chega lá no Santo Antônio, tá de bruços”. (BUAINAIN, 2006, p. 83)

Após a inauguração do cemitério de Santo Amaro, bairro na região oeste de Campo Grande, o mesmo passou a ser o novo local de sepultamento dos mortos da região e de outras partes próximas. Na ata número 1233, do dia 02 de agosto de 1961, o vereador Fernando Pereira Falcão, sob o requerimento de número 295, solicitou à mesa diretora da câmara que pedisse ao prefeito algumas explicações sobre o novo *Campo Santo*. Um artigo do mesmo dia,

⁶ Nascido em Miranda – MS, em 14 de outubro de 1923. Bacharel em Direito e em Ciências e Letras. Exerceu vários cargos públicos e foi prefeito de Campo Grande por dois mandatos, de 1963-1967 e de 1970 a 1973.

do *Jornal do Comércio*, com o título *A morte pela hora da morte*, tratava da utilização do novo cemitério e também sobre o cemitério mais tradicional, o de Santo Antônio.

O vereador Falcão, questionava o teor do artigo, que afirmava que o antigo e tradicional *Campo Santo* era para os defuntos ricos. Seguiu o artigo com outros comentários sobre o descaso da administração pública para com os cemitérios de Campo Grande. O artigo, da chamada coluna *Fagulhas*, foi lido em plenário e segundo o vereador se isto existisse, a crítica seria construtiva.⁷ Ao transcrever-se o texto original na íntegra ainda constavam outras discussões interessantes:

Fagulhas

Morte pela hora da morte

Tôda criatura humana por força da própria predestinação da espécie, luta pela sua subsistência, pela sobrevivência. A tal da luta pela vida. Os que têm muito, se esforçam para ter ainda mais. O que nada têm, para conseguir algo que lhes sacie a fome e lhes agasalhe o corpo. E isso, além de ser uma coisa natural, tornou-se nos dias atuais uma necessidade imperiosa, pois a morte hoje em dia é mais dura do que a vida.

Senão vejamos. Temos agora um novo Cemitério, situado lá no afastado bairro da vila de Sto. Amaro, pois o antigo e tradicional Campo Santo da cidade agora é para defunto rico.

Imaginamos então uma família que tem a desventura de perder um ente querido e mora no outro extremo da cidade. Computemos as despesas do serviço funerário, do automovel para levar os parentes e ficaremos aterrados diante da eloquência das cifras. E quem não tem dinheiro?

Outro dia um casal perdeu uma filhinha de pouco mais de dois anos, uma linda menina. Morreu repentinamente. O pobre homem, desesperado, de poucos recursos, não pode pagar o preço estabelecido pelos taxis para essas ocasiões.

No seu serviço, como trabalhador da Municipalidade, não lhe puderam fornecer nem um basculante. E somente aquele pai amargurado levou chorando seu anjinho para à última morada, ante o desespero da espôsa e amigos.

É, meus amigos, lutemos pela a vida que a morte está pela hora da morte.⁸

Neste período, do artigo, o *Jornal do Comércio* já estava sob administração da Diocese de Campo Grande. O texto está permeado pela doutrina social da Igreja Católica. Visível em termos: como luta pela vida, matar a fome e se agasalhar. As orientações da doutrina social previam, que Igreja Católica deveria se posicionar nas situações e problemas referentes à justiça, à libertação, ao desenvolvimento, às relações entre os povos, à paz —

⁷ ACMCG, Livro de Ata ano 1961, Ata n° 1233, f. 1-2.

⁸ *Jornal do Comércio*, de 02 de agosto de 1961.

nada pode ser alheio à evangelização e esta não seria completa se não levasse em conta o recíproco apelo que continuamente se fazem no Evangelho, na vida concreta, pessoal e social do homem.⁹ Por este motivo, o jornal ligado a Igreja trás em suas páginas uma dura crítica a este modelo de morte que se implantaria em Campo Grande. A morte que dividia ricos e pobres, inclusive uma necrópole para ricos e outra necrópole para pobres.

Na fonte verificou-se que em Campo Grande as distinções sociais extrapolaram os muros do cemitério Santo Antônio, o mesmo se torna na década de 1960 um local para a elite. Onde a elite reforçava as suas tradições e diferenciava as classes sociais. Os ricos poderiam ser enterrados na necrópole tradicional e aos mais pobres caberia ser enterrados no novo cemitério, que apesar de recém inaugurado ainda demandaria tempo e dinheiro para que se oficializar como um novo local de sepultamentos. Ainda hoje, o cemitério de Santo Amaro possui boa parte de seu perímetro sem muros ou grades apenas cercado de precário arame farpado. Fica assim evidente que a tradição de abandono das necrópoles campo-grandenses ainda é observada em pleno século XXI.

O cemitério Santo Antônio se afirma como morada principal dos entes queridos na década de sessenta do século XX, passando a ser símbolo e marca da sociedade campo-grandense. O nome Santo Antônio, só lhe foi conferido no ano 1962. Hoje, na área central de Campo Grande, o cemitério Santo Antônio deixou de ser o único da cidade. Sua utilização decaiu, devido sua limitação física para novos sepultamentos e oficialização do *campo de enterramento* que passou a ser o cemitério municipal do Cruzeiro, em 1960, e o de criação do cemitério Santo Amaro, no ano de 1961. Posteriormente, a partir dos anos de 1970-1990, surgiram os cemitérios da iniciativa privada que possuem o padrão de cemitérios parques.

No ano de 1973, surge o primeiro cemitério parque de Campo Grande. O Cemitério Parque das Primaveras foi o primeiro neste modelo, tendo como principais empreendedores um grupo de investidores paulistas que implantaram este modelo de cemitério nas cidades de São Paulo, Campinas e Curitiba. Por ser o primeiro cemitério neste estilo, ele acabou sendo o padrão para os outros que surgiram posteriormente. Para aquelas famílias que aderiram a esta nova forma de sepultar os mortos, as empresas que administram as necrópoles destacam a sua eficiência na prestação dos serviços, o zelo, a segurança e a seriedade com que o empreendimento é administrado.

⁹ Compêndio da doutrina social da Igreja Católica, p. 58.

Entre as curiosidades e novidades que os cemitérios parques introduziram ao ritual de sepultamento estão a descida do féretro sob o som de violinos e com uma equipe uniformizada, dando um ar de solenidade quase que militar. O cadáver desce lentamente para a sepultura e em alguns casos pode até aumentar a angústia da família enlutada.

Modelo até então desconhecido e enquanto novo produto, o cemitério Parque das Primaveras se apresenta para o público consumidor com um local em que cada trecho das suas alamedas internas possui jardins, árvores do cerrado e bosques onde há pássaros e flores. Trazendo assim a vida, e se integrando à natureza. Vendendo ainda as idéias de que “não há distinção de raça, credo ou cor, todos são iguais perante Deus e o Infinito.” Para que a afirmação demonstre veracidade, os mortos são identificados apenas por delicadas placas metálicas alinhadas sobre a relva.

A infraestrutura destes cemitérios demonstra que são verdadeiros empreendimentos comerciais, os complexos possuem amplas varandas e locais de velórios arejados, para permitir uma circulação constante do ar fresco. Esta característica, de possuir uma ampla varanda circulando o prédio principal, faz uma alusão direta ao modelo de residência apreciado pelos produtores rurais locais. Também contam com salas de estar, amplas e isoladas das áreas dos velórios, para permitir que as pessoas possam conversar sem que se gerem o mal-estar de ocorrerem conversas desagradáveis no mesmo ambiente em que se vela o defunto. Isto faz recordar dos velórios nas casas, onde as pessoas se juntavam em locais como a cozinha e varandas para contar piadas e, às vezes, falar mal do morto.

No Cemitério Parque das Primaveras o prédio principal possui um grande saguão de entrada, que protege as pessoas que chegam ao local com os seus carros em dias de chuva. O carro também denota que o poder aquisitivo de quem utiliza o serviço deste local é bem elevado. A sua capela ecumênica foi projetada de uma forma que seja singela e silenciosa. A propaganda do Cemitério Parque das Primaveras ainda afirma que ele foi “cuidadosamente projetado para dar tranquilidade e paz nos momentos de fragilidade.” Possui ainda, jazigos construídos no subsolo para ser inviolável cada um com ossuário individualizado embutido e uma área que possibilite que serviços como exumação sejam efetuados no próprio jazigo.

Para a comodidade da família do morto, carros de transporte interno proporcionam um maior conforto e auxilia a locomoção no interior das dependências do cemitério. As alamedas de circulação foram projetadas para serem largas e garantirem o fácil acesso. Bem ao estilo estadunidense, ainda proporciona aos seus clientes barracas, tapetes, cadeiras, descensor e

jazigos lacrados que fazem dos sepultamentos atos solenes. Não há como não fazer-se uma ligação ao passado da morte barroca brasileira, os sepultamentos atuais tornam-se um evento e um espetáculo, uma festa. Como trabalham também como empresas funerárias, estes vendem as urnas funerárias, providenciam toda a documentação necessária, o traslado, os ornamentos, o serviço de copa, atendimento durante as vinte quatro horas do dia e por fim o serviço de reparação facial do morto, se necessária. Em alguns casos, esta reparação facial é quase que um trabalho artístico, devolvendo ao morto a imagem que lhe foi tirada pela morte.

Já o Cemitério Parque Jardim das Palmeiras possui uma área de cem mil quadrados, sete salas de homenagem com salas de repouso e lanchonetes. Os jazigos foram construídos com três gavetas com área de serviço póstumo e um ossuário. A sua administradora é Pax Nacional, empresa que surgiu como a comercializadora de seguros funerários, que em Campo Grande possui o nome de *pax*. Este talvez seja o cemitério onde a nova pompa dos sepultamentos é levada ao extremo. Nele, as últimas homenagens ao ente querido que parte, é feita por uma equipe de profissionais treinada e disciplinada. Neste ritual, os funcionários tratam como um momento de reflexão e respeito. Após o velório o corpo é encaminhado para o jazigo e desce para a cova sob o suave toque de violinos e flautas. O que para alguns, fortalece a tristeza e a dor.

Atualmente, Campo grande possui sete cemitérios particulares do tipo parque: o Cemitério Parque das Primaveras, o Cemitério Popular Park Monte Das Oliveiras, o Cemitério Jardim das Palmeiras, o Cemitério Memorial Park, o Cemitério Nacional Parque, o Parque das Acácias e o Cemitério Jardim da Paz, este último surgiu em 1998, e é um dos mais modernos de Campo Grande e o maior do estado de Mato Grosso do Sul.

Com a urgência e o surgimento dos cemitérios parques, a municipalidade promulga a *Lei 3909/2001*, esta é a lei mais completa sobre cemitérios que já foi regulamentada em Campo Grande. Especifica as atividades de cada ramo de serviços prestados para a adequação da Morte. Por exemplo, no seu Artigo 2º define os cemitérios públicos ou particulares como um local secular e permitindo assim a prática de todos os cultos. E no Artigo 3º, no item III define que o cemitério sendo o local onde se guardam cadáveres, restos de corpos humanos e partes amputadas cirurgicamente ou por acidentes; e no item IV já prevê o chamado cemitério vertical que é definido como o local onde se guardam cadáveres depositados em nichos sobrepostos acima do nível do terreno, e o prevê, pois na capital de Mato Grosso do Sul esta ainda não existe este estilo de necrópole.

De acordo com a nova visão de ambientalismo o Artigo 10º, da mesma lei, regulamenta que os cemitérios somente poderão ser localizados, instalados e postos em funcionamento após a expedição das respectivas licenças referentes, ao uso e ocupação do solo urbano, ao meio ambiente e às condições de higiene e saúde pública. E ainda no mesmo artigo define as zonas da cidade de Campo Grande onde os cemitérios em hipótese alguma poderão ser instalados. Analisando-se este aspecto os mortos ainda continuam a serem moradores indesejados nas áreas urbanas e este temor implica uma série de normatizações e regulamentações para que a dicotomia vivos-mortos esteja bem clara nas leis e em todas as questões relacionadas ao que é ser urbano.

Conclusão

Adeptos as novidades os campo-grandenses escolherem recentemente os cemitérios parques como o padrão de bem-morrer, e este acabou caindo no gosto popular e foi apropriado por toda a sociedade. Por este motivo, os cemitérios tipo parque se fazem presente em vários bairros da cidade, dos mais nobres aos bairros da periferia. Os cemitérios parques têm se popularizado em todo o território brasileiro. Eles também podem representar uma resposta da sociedade à falência e ineficiência do Estado na solução dos problemas de saúde e higienização das cidades, questões que ainda permanecem inconclusas em pleno século XXI.

Fontes Manuscritas

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1961.

CAMPO GRANDE. Resolução nº 86, de 09 de janeiro de 1924. Fica o Poder Executivo autorizado à mandar construir no Cemitério Público desta cidade um mausoléu.

CAMPO GRANDE. Resolução nº 86, de 09 de janeiro de 1924. Fica o Poder Executivo autorizado à mandar construir no Cemitério Público desta cidade um mausoléu.

Fontes Impressas:

CONGRO, Rosário. O Município de Campo Grande – 1919. Estado de Matto Grosso: Publicação Oficial, 1919.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. Compêndio da Doutrina Social da Igreja. São João do Estoril: Principia, 2005.

Coluna Fagulhas. Jornal do Comércio. 02/08/1961.

MACHADO, Paulo Coelho. Pelas Ruas de Campo Grande. Campo Grande: IHGMS, 2008.

MACHADO, Paulo Coelho. Pelas Ruas de Campo Grande: a Rua Velha. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990.

MACHADO, Paulo Coelho. Pelas Ruas de Campo Grande: a Grande Avenida. Campo Grande: Gráfica Brasília, 2000.

Referências

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889 – 1930). 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

BARROS, Abílio Leite de. Crônicas de uma vila centenária. CAMPO GRAADE – 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p. 13-26.

BUAINAIN, Maura Simões Corrêa Neder. Campo Grande: memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos. Campo Grande: IMPU, 2006.

LANI, Margarete Dibo Nacer. Sírios. In: CAMPO GRANDE – 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p. 335-338.

REIS, João José. A Morte e uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Fabio William de. Fronteiras Póstumas: a morte e as distinções sociais no cemitério Santo Antônio em Campo Grande. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Dourados.